

MÓDULO X

CONTABILIDADE



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE PRECATÓRIOS	SEÇÃO	PÁGINA
	A	1/1

X – CONTABILIDADE

(ARTS. 2º, 8º, 10, 43 E 47)

As disposições da LRF que tratam de contabilidade não eliminam as regras básicas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, adicionam-lhe conteúdo e intencionam ampliar a transparência da gestão dos recursos públicos.

PRECATÓRIOS (ART. 10)

Para observância da ordem cronológica dos pagamentos de sentenças judiciais, os beneficiários deverão ser identificados por meio de registro contábil específico no processo de execução orçamentária e financeira.



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE DISPONIBILIDADE DE CAIXA	SEÇÃO	PÁGINA
	B	1/1

DISPONIBILIDADE DE CAIXA (ART. 43)

Estabeleceram-se obrigações específicas para as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social. Quanto às demais disponibilidades, repete-se a determinação inserta no § 3º, art. 164 da Constituição Federal, que estatui:

"As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei."



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE EMPRESAS CONTROLADAS PELO PODER PÚBLICO	SEÇÃO	PÁGINA
	C	1/1

EMPRESAS CONTROLADAS PELO PODER PÚBLICO (ART. 47)

As empresas controladas deverão incluir em seus balanços trimestrais nota explicativa informando:

- a) fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado;
- b) recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação;
- c) venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho não estará desobrigada de apresentar orçamento de investimento.



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE ESCRITURAÇÃO DAS CONTAS	SEÇÃO	PÁGINA
	D	1/2

ESCRITURAÇÃO DAS CONTAS (ART. 50)

Além de atender às demais normas da contabilidade pública, a escrituração das contas obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio;
- b) os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória serão identificados e escriturados de forma individualizada;
- c) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência;
- d) o resultado dos fluxos financeiros será apurado também pelo regime de caixa;
- e) os precatórios não pagos serão considerados na dívida fundada;
- f) as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses serão incluídas em dívida consolidada;
- g) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- h) as operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;
- i) a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE ESCRITURAÇÃO DAS CONTAS	SEÇÃO	PÁGINA
	D	2/2

- j) a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A exigência de manter sistema de custos na Administração Pública não é inédita, já o Decreto-Lei 200, editado no longínquo 1967, estabelecia, em seu art. 79, que a contabilidade deveria apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.

A esse respeito, a LRF apenas ratifica dispositivo da Reforma Administrativa empreendida na década de sessenta, que, até o momento, infelizmente, demonstrou-se inócuo.

Reconhecendo a importância da determinação dos custos da ação estatal, como essencial para a avaliação dos programas e projetos governamentais, este Tribunal, por ocasião da apreciação das Contas Anuais do Chefe do Executivo relativas aos dois últimos exercícios, recomendou a adoção de contabilidade de custos.

Decisão - TCDF nº 5126/2002

(...) III. determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que: (...) d) faça destacar nas demonstrações das variações patrimoniais a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, conforme artigo 50, inciso VI, da LRF ; (...) f) implemente sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o § 3º do artigo 50 da LRF;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	X	
CONTABILIDADE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS	SEÇÃO	PÁGINA
	E	1/1

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS (ARTS. 50 E 51)

No que pertine à consolidação das contas públicas, a LRF estabelece que:

- a) as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;
- b) o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público;
- c) os Estados encaminharão, até trinta e um de maio, suas contas ao Poder Executivo da União;
- d) o descumprimento do prazo previsto no item anterior impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.